

## Coluna do Castello

19 ABR

### De mordomias e demagogias



Foi removido provavelmente durante a noite o enorme cartaz que anunciava na entrada da Península dos Ministros a venda das "casas impopulares para construir casas populares". Ontem ele já não amanheceu no lugar e na véspera uma mão qualquer havia escrito sobre os dizeres do *Governo do Brasil* as palavras "Populismo e Demagogia". Talvez a corrigenda anônima tenha determinado a remoção mas havia outra razão para isso: não parece fácil vender "casas impopulares" por altos preços e a pessoas que podem estar querendo apenas uma casa para morar. O governo estava se mostrando pelo menos mau vendedor.

Esse pequeno incidente não afeta todavia a impressão que vai causando na opinião pública a determinação da Secretaria de Administração da Presidência de levar avante a decisão de eliminar empregos e mordomias, vendendo mansões, apartamentos utilizados por servidores públicos e os automóveis oficiais com sua variedade de chapas-brancas, bronzeadas, verde-amarelas e frias. Fica-se a pensar o efeito que isso terá sobre os dois poderes que até aqui não aderiram à mudança de praxes, de métodos e de favorecimentos iniciada pelo governo Collor. O Legislativo e o Judiciário não deram ainda sinais de terem sido atingidos pela onda moralizante que se espalha por Brasília a partir do Palácio do Planalto.

Olhos compridos voltam-se sempre para o Congresso, instituição que se deixou envolver por alguns males crônicos da administração e da política do país, tais como o empreguismo, o filhotismo e, a partir de Brasília, a mordomia. Desde a mudança da capital proliferaram favores e franquias que cercam o exercício do mandato parlamentar, beneficiando não só os titulares mas todos os servidores e serviços das casas legislativas. O apartamento funcional e o carro oficial para senadores, alguns deputados e altos funcionários talvez sejam a parte menor da mordomia parlamentar, meras vantagens supletivas dadas aos membros do Poder Legislativo federal — que produziu em todo o país o efeito semelhante ao de uma pedra atirada no meio do lago.

As quatro passagens aéreas de ida e volta mensais para os estados de origem, as passagens extras para o Rio, serviços médicos

gratuitos, franquias postal, telegráfica e telefônica, financiamento dos clubes de lazer e até armazém reembolsável, tudo flui para tornar mais suave e menos onerosa a vida dos deputados, senadores, suas famílias e seus auxiliares. O funcionalismo das duas casas multiplicou-se nesses 30 anos de Brasília, a ponto de haver hoje em média dezenas de servidores para cada parlamentar. O mais grave é que, tendo um suporte burocrático desmedido e podendo recrutar pessoas da família como assessores e secretários — com o que se amplia a renda familiar do representante —, deputados e senadores carecem de verba com que contratar assessoria realmente competente para suas necessidades emergentes de informação e análise dos fatos e projetos levados ao seu conhecimento.

Mudar isso tudo é tanto mais difícil quanto aí as coisas não podem ser feitas em função de uma eleição popular. O comando é colegiado e emerge dos próprios beneficiários da instituição legislativa. Deve-se admitir contudo o efeito exemplar de políticas como essa que Fernando Collor vem realizando de enxugar a área sob sua responsabilidade, a do Poder Executivo. Já há deputados que devolvem carros que lhe foram cedidos pelo exercício de liderança partidária e dos estados já vêm ecos de campanhas locais pelo controle de subsídios abusivos de deputados estaduais e vereadores e até para suprimir a mais inventiva das mordomias, a que permite a esses parlamentares de segunda e terceira extração aposentadorias aos cinco ou aos oito anos de serviço. Um desses sistemas fechados de previdência, o de Belo Horizonte, enriqueceu a tal ponto que construiu um dos maiores edifícios da cidade ao lado da Assembleia, à qual aluga os andares de que não precisa. Só precisa de dois.

As pressões populares num ano de eleição podem fazer alguma coisa para que também na faixa do Poder Legislativo se removam mordomias e favores abusivos que foram sendo infelizmente incorporados à rotina da vida parlamentar do país. Usar carro oficial numa cidade como Brasília irá ficando cada vez mais difícil pois os usuários remanescentes não deixarão de acusar constrangimento pelo benefício, ainda que justificado, de que continuam a se beneficiar enquanto outros semelhantes foram eliminados.

Iamos falar também das demissões e da entrevista do secretário de Administração, João Santana, à revista *Veja*. Santana, como a moenda do soneto, advinha e desvenda o mal que vai talvez causar, mas tudo fará com a consciência implacável de que está cumprindo o seu dever. Ele impressiona pelo que diz de correto e por sua disposição de crucificar-se em benefício do povo. Mas isso fica para depois.

**Carlos Castello Branco**